



## *Precarização da política pública de saúde mental no âmbito educacional: desvendando a realidade*

### Precariousness of public policy on mental health in the educational sphere: unraveling the reality

Hellita do Nascimento Fernandes<sup>1</sup>, Mônica de Almeida Barbosa<sup>2</sup>, Deyse Janiele Bernardo Oliveira<sup>3</sup>, Auzenir de Oliveira Abrantes Monteiro<sup>4</sup>, Francisca Daiana Estrela Silva<sup>5</sup> e Hiran Mendes Castro Filho<sup>6</sup>

#### 1. DESENVOLVIMENTO

O presente estudo trata-se de uma análise das políticas de Saúde Mental no Brasil e sua efetivação no âmbito social assim como educacional. Para tanto é necessário entendermos que as políticas públicas em Saúde Mental e sua efetivação no contexto da Reforma Psiquiátrica de caráter antimanicomial, perpassaram por um caminho sócio histórico árduo.

Para a realização deste trabalho, foi necessário compreender e analisar como se efetiva a referida política, no sentido de desmonte do modelo asilar de cunho repressivo e de combate as mais variadas formas de estereótipos direcionados aos nomeados “doentes mentais”, no contexto da reforma psiquiátrica, instituída pela lei 10.216/2001, como também, o estudo dos processos efetuados para a garantia dos direitos dos/as usuária/os do CAPS. Dessa forma, FERNANDES (2019, s/n), ressalta:

Tendo em vista o percurso sócio histórico do movimento de Reforma Psiquiátrica foi um caminho longo o qual demarca a luta da sociedade por uma política de saúde justa e igualitária, para chegar à efetivação da mesma, grandes iniciativas de movimentos reivindicatórios foram essenciais para sairmos de um modelo manicomial, desprovido de

Recebido em 16/10/2021; aceito em 19/10/2021 e publicado em 06/11/2021

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: hellitanascimento2@gmail.com

<sup>2</sup>Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: monicaalmeida2410@gmail.com;

<sup>3</sup>Psicóloga Residente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: deyse.oliveira@hotmail.com;

<sup>4</sup>Graduada em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: auzenirabrantes@gmail.com;

<sup>5</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: daianaufcg@gmail.com;

<sup>6</sup>Doutorando pela Universidad del Museo Social Argentino, E-mail: hirancastro@gmail.com.

humanidade, que foi adotado a partir do final do século XIX e ganhou força no decorrer dos anos 1903.

O modelo de atendimento à saúde mental, proposto a partir da lei 10.216/2001, objetiva aprimorar as melhores condições de vida das pessoas com transtornos mentais que, agora, contam com apoio judicial, político e social para efetivação de seus direitos. No entanto, ao passo em que se assiste ao aumento desse tipo de adoecimento em decorrência de inúmeras causas sociais, percebe-se o forte afastamento do Estado no tocante ao desenvolvimento de políticas públicas eficazes para o acompanhamento dessa demanda.

A atenção à saúde mental não se dá de forma isolada, ao contrário, é decorrente da articulação de uma série de outras políticas públicas, a exemplo da política de seguridade social que é fundamentada no tripé saúde, assistência e previdência social, as quais juntas devem assegurar os direitos da população que delas necessita.

Salienta-se que a política de saúde mental, assim como todas as outras políticas públicas, é de obrigação e responsabilidade do Estado, não correspondendo à benesse ou caridade. Tal direito é garantido na Constituição Federal de 1988.

Contudo, é importante notar que em decorrência do neoliberalismo, cuja característica predominante é preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, o mesmo tem como estratégia e disseminação, descentralização, privatização e a focalização dos serviços.

Serviços estes que por sua vez se evidenciam como as políticas públicas vêm sendo desenvolvidas a partir de critérios de seletividade, e sucateamento do público em detrimento do privado, não atendendo a integralidade às necessidades apresentadas pela população usuária, gerando uma crescente demanda reprimida.

Em linhas gerais, a proposta tem como base fundamental o retrocesso a Política de Assistência Social, reduzir os investimentos nos Centro de Atenção Psicossocial e destruir todos os direitos conquistados.

Tendo em vista que, seu posicionamento retrata a retomando da religiosidade para o tratamento das pessoas acometidas por transtornos mentais, assim como a culpabilização dos sujeitos pelos problemas, além de que traz à tona a equivocada compreensão de que a loucura deve e/ou pode ser considerada um problema espiritual.

Em face a todas as discussões até aqui mencionadas, analisar a temática proposta neste estudo nos permite apresentar um recorte da realidade macro social que a política de saúde mental vem sendo demarcada, onde se evidencia que a precarização no âmbito das políticas sociais é de tamanha grandiosidade e sarcasmo, carecendo, portanto, de maiores debruçamentos teóricos e crítico analíticos por meio de pesquisas que possam compreender a complexidade da dinâmica

constitutiva das tramas da realidade contemporânea que assola e avilta os direitos da população que necessita das políticas públicas.

Ainda nesse contexto, a sociedade contemporânea foi surpreendida, em 2020, com uma pandemia de importância internacional causada pelo novo coronavírus, trazendo consigo modificações substanciais em todos os âmbitos societários.

Na educação, a principal alteração está no desenvolvimento das atividades a partir do ensino remoto, cujos profissionais precisaram adaptar a sistemática metodológica de forma abrupta, tendo que responder às demandas de uma realidade social completamente nova e assustadora.

Segundo Pachiega e Milani (2020, P. 221), essa realidade educacional tem gerado sofrimento mental e físico, sendo expressos em “por meio da manifestação de níveis elevados de ansiedade, humor deprimido, aparecimento de várias formas de sintomas do estresse e incertezas recorrentes, que levam os profissionais ao esgotamento mental e profissional”.

Nesse sentido, compreender a realidade macrossocial dos profissionais da política de educação e como estes vêm sendo objeto de intervenção pela política de saúde mental é algo que se faz absolutamente necessário, tendo em vista que – além dos impactos da pandemia -, essas políticas também enfrentam um processo de precarização histórico, fruto das ações neoliberais.

Diante do exposto, o nosso objetivo é analisar a efetivação da Política de Saúde Mental no âmbito educacional a partir dos seguintes objetivos específicos: identificar as condições de vida e de trabalho dos professores da rede municipal de ensino das instituições públicas ; conhecer e analisar as ações desenvolvidas pela política de saúde mental voltadas para o adoecimento mental desses professores; refletir sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas políticas de saúde mental e de educação; e identificar as principais dificuldades que os profissionais da instituição vivenciam perante as condições ofertadas pelo sistema.

Para o alcance nos mencionados objetivos, utilizamos a pesquisa exploratória e de campo, com abordagem qualitativa, a partir de um formulário de entrevista semiestruturado junto aos professores lotados na Secretaria Municipal de Educação de Pombal/PB.

A análise dos dados se dará por meio da técnica de análise de conteúdo e será balizada pelo método crítico-dialético, que considera as múltiplas determinações do objeto.

Assim, nossas categorias de análise são: política de saúde mental, estado, educação e pandemia.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário enfatizarmos o quanto a saúde mental dos professores necessita de um amparo Estatal, e isso se dá à nível nacional, seguindo em ameaça às suas conquistas, em meio à pandemia da covid-19, pois o Ministério da Saúde surge com a proposta de revogar 99 portarias que regulamentam o tratamento mental.

Portanto, torna-se oportuno dizer que, a proposta de trabalho explicitada, se estabelece em consonância com os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável da (ODS); 3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade e 16 - Paz, justiça, e instituições eficazes.

Desse modo, conforme Yamamoto (2014, p. 620) essa correlação de experiência refere-se à “[...] centralidade atribuída à prática profissional na formação acadêmica, concebida sob a ótica teórica do trabalho [...]”. A qual se expressa em meio a um conjunto de conhecimentos mediante as relações acadêmicas/profissionais.

Dessa forma, para compreendermos as transformações sócio históricas que a saúde mental vem atravessando e as características que permeiam essa temática, todas as discussões até aqui mencionadas, nos possibilitou uma análise acerca da Saúde Mental em meio a sociedade contemporânea e seus desafios no âmbito educacional.

Portanto, o referido tema vai para além de um breve recorte sobre como se efetivam as políticas públicas no âmbito da saúde mental, assim como a ênfase de como se compreende o processo sócio histórico que a Educação perpassou para sua consolidação. Desse modo, o referido estudo é de suma importância tanto para o âmbito acadêmico, quanto a sociedade em sua totalidade, tendo em vista a importância e necessidade de compreensão dos referidos conteúdos expostos.

## **REFERÊNCIAS**

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**, São Paulo, ano 2014, ed. 120, p. 609-639, 2014.

FERNANDES, Hellita do Nascimento. **A Efetivação da Política de Saúde Mental na Cidade de Sousa-PB a partir do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas CAPS/AD**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais-CCJS. Unidade Acadêmica de Direito/Serviço Social. Curso de Bacharelado em Serviço Social, 2019.

PACHIEGA, Michel Douglas; MILANI, Débora Raquel da Costa. **Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica**. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 220-234, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.18323>.